Eurofound

Distribuição de riqueza e mobilidade social

Introdução

Está a ser prestada uma atenção crescente às disparidades sociais e às desigualdades económicas, tanto no domínio da investigação como no domínio político. É evidente que a riqueza, ou a sua falta, tem implicações importantes nas oportunidades que uma pessoa tem na vida. As conclusões de pesquisas anteriores apontam para uma distribuição da riqueza muito mais desigual do que a do rendimento. Há muitos canais através dos quais a riqueza é transmitida de pais para filhos e pode ajudar positivamente os últimos, ao passo que a falta de riqueza dos pais pode prejudicar as oportunidades dos filhos.

A investigação apresentada no presente relatório incide sobre a riqueza por membro do agregado familiar.

Contexto político

O objetivo de um crescimento inclusivo, com a igualdade de oportunidades como princípio fundamental, está no centro da estratégia de crescimento da UE. O pilar europeu dos direitos sociais assenta no mesmo princípio.
A investigação sobre a riqueza pode lançar luz sobre as desigualdades, ao destacar as disparidades de riqueza, tanto no interior dos países como entre eles e nos grupos sociais, e ao estudar o papel da riqueza (ou da sua falta) nas oportunidades de vida de uma pessoa.

A investigação sobre a riqueza pode também contribuir para a ambição da UE de promover uma tributação justa. Além disso, a análise da distribuição de riqueza ajudará a obter uma visão global da pobreza na Europa, contribuindo para a definição de políticas de redução da pobreza e para a conceção de políticas de saúde inclusivas. Uma investigação desta natureza pode ajudar na identificação dos grupos economicamente mais vulneráveis, incluindo no contexto da pandemia da COVID-19, contribuindo para a conceção de apoio adequado.

Conclusões principais

Riqueza e desigualdade

- De acordo com o Inquérito sobre a Situação Financeira e o Consumo das Famílias (HFCS), quase não houve alteração na desigualdade de riqueza, na população total dos 14 países observada em três momentos: 2010, 2014 e 2017. Em quatro países, registou-se um aumento estatisticamente significativo (Finlândia, Grécia, Eslováquia e Eslovénia), e em dois houve uma diminuição (Letónia e Polónia).
- Entre os 21 países objeto de análise pelo HFCS, registou-se uma menor desigualdade de riqueza na maioria dos Estados-Membros do Leste e do Sul. A Áustria, Chipre, a Alemanha e os Países Baixos são os países onde se verificam maiores desigualdades. Foi observada alguma convergência; por exemplo, em alguns países com níveis iniciais de desigualdade mais elevados registou-se uma diminuição, e em alguns com níveis iniciais mais baixos registou-se um aumento.
- Em média, nos 21 países analisados, o valor dos ativos (não incluindo passivos) do quintil de maior riqueza é 60 vezes superior ao do quintil de menor riqueza.
- Para mais de 4 % da população nos 21 países, o valor dos passivos é superior ao dos ativos. A maioria das pessoas que integram famílias com riqueza líquida negativa é constituída por jovens, com baixos rendimentos, com poucos ativos, sendo mais propensas a estar desempregadas e a viver em habitações alugadas, e mais propensas a recorrer a empréstimos privados e a linhas de crédito.
- Em média, em todos os países, a residência principal das famílias representa mais de metade do ativo bruto total, para as famílias incluídas nos 80 % mais pobres, em termos de riqueza líquida, ao passo que representa 42 % dos ativos dos 20 % que correspondem às famílias mais ricas. 12 % dos ativos brutos dos 20 % mais ricos correspondem a riqueza empresarial independente.

- Verifica-se uma disparidade entre homens e mulheres, no que diz respeito à riqueza líquida, quando se analisam outras características socioeconómicas. No caso dos agregados familiares unipessoais com um nível de instrução superior, a disparidade entre homens e mulheres é menor na Estónia, França, Alemanha e Hungria, e maior na Áustria, na Grécia e nos Países Baixos.

Habitação e posse de casa própria

- A posse de casa própria é mais generalizada nos Estados-Membros com menor desigualdade de riqueza. A desigualdade em matéria de riqueza é maior em todos os países, exceto num, quando a riqueza imobiliária e a dívida hipotecária são excluídas dos cálculos, apontando para o potencial efeito equalizador da posse de casa própria sobre a distribuição de riqueza. A posse de casa própria parece aumentar os níveis de riqueza, em especial nos quintis de distribuição de riqueza inferiores.
- Os arrendatários são muito menos ricos do que os proprietários de casa própria. Mesmo na Áustria, em França, na Alemanha e nos Países Baixos, onde os arrendatários representam entre um terço e metade da população, muito poucos arrendatários (entre 1 % e 4 %) pertencem ao quintil superior, em termos de riqueza líquida. A desigualdade em termos de riqueza também é muito maior entre os arrendatários do que entre os proprietários de casa própria.
- Poucas pessoas, e especialmente os arrendatários, detêm ativos para além de depósitos, pensões voluntárias e bens imóveis, sugerindo que a maioria das pessoas não opta pela situação de arrendatário, por exemplo usando para investimento em ativos financeiros potencialmente de alto rendimento o dinheiro que poderia ter sido utilizado para comprar uma casa.
- As pessoas que possuem casa própria em virtude de transferências de riqueza de familiares (13 % da população) quase nunca se encontram no quintil inferior em termos de riqueza, sugerindo um elevado grau de persistência da riqueza.

Mobilidade social

- A pesquisa aponta para a clara persistência da riqueza, que significa que os indivíduos cuja família recebeu uma dádiva ou herança substancial são, em média, mais ricos, em todas as combinações de idade e nível de educação.
- Existe uma clara associação entre níveis de ensino superiores e resultados em termos de riqueza.
- A pesquisa destaca a importância do nível de instrução dos pais para a mobilidade intergeracional. Ter pais com educação superior aumenta muito a probabilidade de os descendentes concluírem alguma forma de ensino superior, e esta associação tornou-se mais significativa nas últimas décadas.
- Para além do nível de instrução dos pais, ter um passado de riqueza – como demonstrado pelo recebimento de uma dádiva ou herança substancial – está relacionado com níveis de educação superiores. Além disso, melhores condições de alojamento durante a formação de uma pessoa conduzem a melhores resultados educativos.
- O efeito da riqueza dos pais na riqueza dos descendentes é duplo: a riqueza dos pais assegura um nível de vida adequado, que é fundamental durante a educação e conduz a um nível de educação superior, e proporciona um efeito amortecedor para os jovens adultos, permitindo-lhes contar com os pais para obtenção de apoio financeiro.
- O contexto social continua a ser um fator importante na probabilidade de enriquecer. Em vários países, o avanço médio da riqueza por motivo de herança é maior do que o avanço associado à obtenção de um diploma universitário, quando comparado com a conclusão unicamente do ensino primário.

Indicadores para políticas

- O acompanhamento da distribuição de riqueza e a análise das consequências das desigualdades em termos de riqueza contribuem para a conceção de políticas sociais justas.
- A introdução de uma declaração de riqueza obrigatória ajudaria a combater a riqueza oculta e o rendimento oculto, facilitaria o controlo da distribuição da riqueza, promoveria decisões financeiras mais conscientes e conduziria a uma investigação de melhor qualidade sobre a riqueza.
- A coordenação dos impostos sobre a riqueza na UE poderia permitir que se atingisse um patamar de igualdade e contribuir para a luta contra a evasão fiscal. A promoção da literacia financeira poderia promover uma maior diversificação dos ativos em benefício das pessoas mais pobres.
- As políticas públicas de igualdade de oportunidades para contrabalançar as diferenças de riqueza devem centrar-se na garantia de boas condições de vida durante a infância, na garantia (ou no aumento) de um nível mínimo de educação e na promoção do acesso ao ensino superior.
- As políticas de habitação devem procurar formas justas e eficientes de aumentar a oferta de habitação nas cidades, melhorar os transportes públicos e incentivar o teletrabalho, com vista a reduzir a procura em centros urbanos sobrelotados. Para o conseguir, é essencial um equilíbrio entre o apoio à propriedade de casa própria e a disponibilização de habitação pública.

Informações complementares

O relatório *Distribuição de riqueza e mobilidade social* está disponível em http://eurofound.link/ef20034

Diretora de investigação: Tadas Leončikas

information@eurofound.europa.eu